

POSSE DO MINISTRO MARCO AURÉLIO MELLO NA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL*

NILSON VITAL NAVES

Ministro Superior Tribunal de Justiça

Há poucos dias deixou este Tribunal e a sua presidência o Sr. Ministro Carlos Mário da Silva Velloso, em cuja gestão vimos, historicamente, implementada a informatização do voto. Em substituição a S. Ex^a., assume hoje, oficialmente, a presidência o Sr. Ministro Marco Aurélio Mendes de Farias Mello, em momento significativo: prepara-se o País para eleger prefeitos, vice-prefeitos e vereadores em mais de cinco mil municípios. Os municípios são circunscrições de base e de altura da nossa federação, nos quais a concorrência às diversas cadeiras é acirrada e tormentosa, e a competição chega, corriqueiramente, a se fazer de porta em porta. Assim, de tão importantes as eleições municipais – e ainda bem seja assim – ao atual pleito concorrem cerca de 150 deputados federais. Sabemos todos nós, mormente os que de há muito o acompanham, que ao Presidente que ora assume não faltam predicados, de tão alto o seu engenho e de tão austero o seu caráter; sabemos, pois, sob o seu comando, que o processo ou o procedimento eleitoral, achando-se em curso, terá perfeito desfecho de mérito, quem sabe irrecorrível!

Sou recém-chegado a este Tribunal, cujo ofício constitucional me despertou nos anos sessenta, quando pela vez primeira me aproximei do Eleitoral como ramo do Direito Público interno, num momento em que, ainda iniciante nos meus estudos superiores, assistia às aulas de um curso de férias na antiquíssima e respeitável Casa de Afonso Pena.

Se não fosse por antigo hábito do Tribunal, não se recomendaria fosse eu, recém-chegado, o orador deste início de noite. Mas a tradição atribui a fala em nome da Casa ao Ministro mais moderno

* Palavras proferidas em 13/6/1996, no Plenário do Tribunal Superior Eleitoral.



do Superior Tribunal de Justiça que ocupe uma destas cadeiras. Bendita tradição, pois, se perturbou o espírito de um recém-chegado, ao mesmo tempo o encheu de satisfação. Pena que há algum tempo venho falando pouco, escrevendo ainda menos. Aí afora já existe um excesso de verdade – quem sabe se não existe também falsa verdade? –, alfim superprodução que, aparentemente, não pode ser consumida. Permitam-me, porém, em tão expressiva e auspiciosa ocasião, formular duas ou três reflexões. Talvez não sejam somente minhas. Perdoem-me se não declino os co-autores.

Em termos de expressão verbal de um juízo, o controle do processo eleitoral é proposição de foro geral. É o zelo pela legitimidade ou regularidade, com os olhos e toda a atenção voltados à verdade eleitoral, ou seja, à contagem dos votos. Universalmente, a democracia representativa tornou-se viável à medida que se realizavam eleições democráticas, conciliando ou desarmando conflitos. Fracassou nos anos trinta, em alguns lugares por aí afora, entre outras causas, pela falta de eficaz tutela do direito de eleger e de ser eleito. Mas a democracia renasceu na metade dos anos quarenta, e esse renascimento tornou a despertar em todos a importância e a eficácia desse controle.

Aqui entre nós, a falsidade das eleições, originária do Império, inscrevia-se entre as causas, todas políticas e não econômicas, das crises do federalismo.¹ O Código Eleitoral de 1932, instituindo a Justiça Eleitoral com funções contenciosas e administrativas, foi o passo inicial com o intuito de pôr termo à então política dos governadores, ou dos estados, com negativos reflexos na Federação, ante a dupla soberania a que levava tal política. Ganhou foro constitucional com a Constituição de 16 de julho de 1934. Foi talvez tão preocupado com o exercício da cidadania que alguém da Subcomissão elaboradora do Anteprojeto 1932/1933 tenha sugerido que a Justiça Eleitoral fosse colocada no capítulo referente a

¹ Afonso Arinos de Melo Franco, “Algumas Instituições Políticas no Brasil e nos Estados Unidos”, Forense, 1975, p. 57.



“direitos e deveres dos cidadãos brasileiros”,² qual o politicamente nomeado “direito de sufrágio”, isto é, o direito de eleger, de ser eleito e de ter participação ativa.

Da despolitização do processo eleitoral de 1932/1934 — pois a força política era costumeiramente invocada pelos candidatos desde os anos oitenta do século passado, a fim de lhes assegurar a eleição ou a reeleição, mesmo que maquilada — aos dias correntes, a despeito de todos os esforços empregados — e eis que tal processo se modernizou a ponto de servir de exemplo a outros povos —, ainda não se conseguiu livrar-se das fraudes. Por ocasião da solenidade de posse, em 6 de dezembro de 1994, este severo recinto ouviu o clamor de diversos oradores, seja acusando então recentes fraudes, seja reclamando a urgente adoção de medidas para evitá-las, seja externando o convencimento de que as fraudes seriam banidas. Quem sabe se, com o voto informatizado, não se está a um passo do banimento? Não que seja a busca proustiana, mas não deixa de ser a busca das veredas perdidas. Em busca da verdade eleitoral, portanto.

Em seus discursos de 1994, os Ministros Carlos Mário e Pádua Ribeiro também aqui revelaram outras preocupações, tais como, a necessidade de se ajustarem melhor os partidos políticos, a fidelidade partidária, o voto distrital e o financiamento das campanhas.

Segundo parece, alguns dos pontos identificados naquele momento foram acolhidos pelo legislador. Por exemplo, em 1995, veio a lume a lei sobre os partidos políticos, regulamentando os arts. 17 e 14, § 3º, inciso V, da Constituição. Outros pontos, todavia, não foram até o momento acolhidos. Acho eu ser necessário que se mostre mais exigência com o instituto da fidelidade partidária. É que não está de acordo com as melhores regras eleitorais, conforme lembrado em solenidade realizada há

² Sugestão de Carlos Maximiliano, “Elaborando a Constituição Nacional”, Brasília, Senado Federal, 1993, p. 135.



poucos dias, possa alguém, eleito por um partido e assim diplomado, mudar amanhã de partido, impunemente. A regra melhor ajustável à fidelidade e à disciplina partidárias era a prevista no parágrafo único do art. 152 da Constituição de 1967, na redação da Emenda Constitucional nº 1. É necessário igualmente que se dê ao sistema proporcional melhor representatividade. O sistema “quem vence leva tudo” favorece o bipartidarismo e marginaliza os outros partidos; por outro lado, o sistema de inúmeros partidos não oferece base estável para um sistema político democrático.³

Permito-me, porém, reconhecer, às claras e com as minhas desculpas, que o legislador não foi feliz ao, recentemente, acrescentar dispositivo ao Código Eleitoral a fim de garantir a ação rescisória em casos de inelegibilidade. Em tal aspecto, quero crer que perdemos todos. Se as leis, em admiráveis sínteses, são feitas para anunciar as ordens da razão, ou, em geral, são a própria razão humana, no sentido de que são feitas para bem governar os homens,⁴ à Lei Complementar nº 86 faltou tão essencial requisito. Entre a razão das leis e a lei da razão, acabou por prevalecer o primeiro enunciado. Inda bem que não há mal que sempre dure.

Na sessão solene de 6 de dezembro de 1994, quando S. Ex^a. assumia a presidência deste Tribunal, a vasta e profícua judicatura eleitoral do Ministro Carlos Velloso, desde o exercício dos dois biênios em Minas Gerais, na condição de Juiz do Tribunal Regional Eleitoral, foi lembrada pelos diversos oradores, que foram, atentamente, ouvidos nesta Casa. S. Ex^a. é credor de todos quantos militam e são ouvidos por essa Justiça, e o título que possui para executar é dos mais privilegiados. Somos-lhe todos mui gratos e queremos estar convencidos, eu particularmente estou, de que as “fraudes serão banidas do processo eleitoral brasileiro no momento em que eliminarmos as cédulas, as urnas

³ Eric Hobsbawm, “Era dos Extremos”, Companhia das Letras, 2ª ed. pp. 140/143.

⁴ Platão e Montesquieu...



e os mapas de urna, informatizando o voto". Pois é, Ministro Carlos Velloso, "a conduta exemplar daqueles que o integraram e o integram projetará no futuro as suas presenças. As instituições valem por si, mas a sua grandeza depende das pessoas que as fazem funcionar. Que Deus guarde este Tribunal".⁵

Embora numa quarta-feira, mas no mesmo dia 13 do mês de junho, o jovem Ministro do Tribunal Superior do Trabalho tomava assento numa das cadeiras do Supremo Tribunal Federal no ano de 1990. Tem-lhe sido honroso e comemorativo o mês de junho, porquanto o Ministro Marco Aurélio, hoje recebendo, pela presidência que assume, merecidas homenagens, aqui no Tribunal Superior Eleitoral chegou em tal mês, no ano de 1993.

O Rio de Janeiro foi a cidade de sua juventude e de sua meninice. Quem sabe se lhe não continua sendo nessa busca do tempo nem sempre de todo perdido? Afinal "o tempo passado e o tempo presente/Estão ambos talvez presentes no tempo futuro".⁶ Ali nasceu Marco Aurélio, filho de Plínio Affonso de Farias Mello e Eunice Mendes de Farias Mello, num belo dia desses aprazíveis e gostosos invernos cariocas. Ali obteve a sua formação acadêmica: proficientemente se graduou em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade Federal, também lá cursou o mestrado em Direito Privado, ao final do que lhe foi expedido o certificado de capacitação. Diligente e inquieto, com os olhos postos na ciência que mais fortemente estava abraçando, antes já estagiara em gabinetes de juízes, escritórios de advocacia, procuradorias e serviços jurídicos.

A cidade de sol, mar e bruma, que assistiu ao seu nascimento e que o acompanhou, tornou-se, assim, fiel testemunha de tão

⁵ Ministro Carlos Velloso, palavras proferidas por ocasião da sessão solene comemorativa do cinquentenário do TSE, em 1º.6.1995.

⁶ T. S. Eliot, "Burnt Norton", in "Quatro Quartetos", tradução de Ivan Junqueira, Civilização Brasileira, 1967, p. 19.



majestática e fulgurante carreira. Bacharelando-se, exerceu a advocacia no foro do Estado do Rio de Janeiro. Eram decorridos dois anos contados da sua graduação, quando o Ministério Público o recebia de braços abertos, em 1975. Nessa instituição, exerceu a função ministerial junto à Justiça do Trabalho da 1ª Região. Eis que, ainda bem no início do caminho, veio logo a compor o Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região em 1978. Estando no exercício da judicatura regional, foi, de pronto, chamado para compor o Tribunal Superior do Trabalho em 1981.

A par de intensa e profícua atividade judicante, de que são testemunhas publicações em diversos comentários sobre enunciados ou súmulas, ou em diversos repositórios de jurisprudência, bem assim ao lado de outras atividades relativas ao exercício de seu mister no Tribunal Superior do Trabalho, onde, com invulgar brilho, ocupou, no período de dezembro de 1998 a junho de 1990, a Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, o Ministro Marco Aurélio andava por este Brasil afora, como presidente ou membro de bancas examinadoras de concursos, ou como conferencista, palestrante ou debatedor, levando aos auditórios os novos rumos do direito formal e material do trabalho em face do texto constitucional de 1988.

Aconteceu, no Tribunal Superior do Trabalho, neste Tribunal Superior Eleitoral, ou no Supremo Tribunal Federal, que o fulgor de seus votos, mostrando agilidade mental e presença de espírito no curso dos debates, vem despertando a atenção de quantos lidam no dia-a-dia com o fascinante fenômeno do direito. Foi dito, de certa feita, que o “magistrado, desde o vestir da toga, é um homem do seu tempo”.⁷ Mas, vestindo a toga, o Presidente Marco Aurélio se tornou um homem de seu tempo, revelou-se um magistrado, quem sabe, à frente do tempo, embora todo tempo seja eternamente presente. Preocupa-se, em seus votos, sobremaneira, com os princípios fundamentais do direito processual, afinal

⁷ Ministro Francisco Rezek, discurso proferido no STF, em 1983, por motivo da aposentadoria do Ministro Xavier de Albuquerque.



em tudo há medida e forma. Mas é na imagem do Direito Constitucional, um dos temas, ao lado de outros, de maior recorrência em seus pronunciamentos, que pode ser atualmente identificado o vigor de suas idéias, quer conceituando, nesta Casa, para o fim eleitoral, o domicílio em termos de direito público, quer definindo a natureza do processo de transferência, quer entendendo que os vices podem ser candidatos à reeleição, quer não estendendo ao concubinato as restrições eleitorais do casamento civil, quer tipificando abuso de autoridade em caso de divulgação da imagem do candidato à custa do erário. Inúmeros são, a propósito dessa imagem, os seus pronunciamentos no Supremo Tribunal Federal, dentre os quais, e atualíssimo, o concernente ao julgamento de um mandado de segurança impetrado por parlamentares:⁸

“... tem o direito público subjetivo de ver respeitadas na tramitação de projetos, de proposições, as regras normativas em vigor, tenham estas, ou não, estatura constitucional. Mais do que isso, é possível dizer-se serem destinatários do dever de buscarem, em qualquer campo, a predominância de tanto quanto esteja compreendido na ordem jurídico-constitucional. Ao fazê-lo, honram o compromisso inerente aos mandatos em que investidos, contribuindo para a manutenção do almejado - e hoje proclamado pela Lei Básica - Estado Democrático de Direito. O Supremo Tribunal Federal, ao assegurar-lhes o procedimento, dando-os como partes legítimas, exerce em termos estritos a função que lhe é precípua - de guarda maior da Constituição. Afirmar-se que Deputados não estão legitimados a agir em Juízo com o fim de preservar o cumprimento do processo legislativo tal como concebido - especialmente quando em questão normas instrumentais maiores e diria mesmo princípios constitucionais de envergadura ímpar - é caminhar-se para o regime totalitário, olvidando-se que a democracia pressupõe não só participação plúrima, com o que se busca o equilíbrio, como também a preservação da atividade parlamentar das minorias. O Regimento Interno, a Constituição Federal, alfin o Direito posto a todos submetem e protegem, independentemente de formarem em corrente majoritária ou minoritária. A maioria o é na revelação do voto e não em impor, para o momento e segundo as circunstâncias reinantes, o que deve, ou não, ser objeto de observação em

⁸ MS-22.503-3, Distrito Federal, impetrantes Jandira Feghali, Sandra Meira Starling e outros, Tribunal Pleno, em sessão de 8.5.1996.



termos de regras procedimentais. A segurança jurídica a interessar a toda a sociedade - e hoje os olhos da Nação fazem-se voltados para o Supremo Tribunal Federal - está assentada no irrestrito respeito ao que estatuído, ao estabelecido na legislação em vigor, no cumprimento da organicidade por esta ditada."

.....

"Cumpre decidir, como pleiteado pelos Impetrantes, se era dado à Mesa da Câmara reavivar a matéria, admitindo a submissão ao Plenário de proposta versando sobre tema que se diz já rechaçado na sessão legislativa e, ainda, se dele podia ser relator aquele que, sozinho ou em conjunto com outros parlamentares, elaborou-a. Salta aos olhos, ainda que míopes, mas desde que não cheguem à cegueira, que a questão não é puramente política, apresentando contornos autorizadores do crivo desta Corte, a fim de que se defina, para tranqüilidade geral, a ocorrência, ou não, de mau trato ao Regimento Interno e especialmente à Carta Política."

Assume a Vice-Presidência do Tribunal Superior Eleitoral o Ministro Ilmar Nascimento Galvão. Bom colega, íntegro e fiel amigo — que me seja assim autorizado o emprego dos adjetivos — desde os tempos do magnífico e inesquecível Tribunal Federal de Recursos. Já era eu admirador de sua judicatura em primeira instância, encantava-me a facilidade de sua lida com difíceis e complexas questões, a sua maneira segura e ágil de dar a elas a melhor solução.

Baiano de nascimento, com o nome inscrito em rua e praça de Jaguaquara, o Ministro Ilmar Galvão igualmente tem proveitosa e contável história ligada ao Estado do Acre, para onde se mudou na condição de funcionário do Banco do Brasil S.A. e onde exerceu inúmeras funções, entre as quais a de Diretor da Faculdade de Direito da Universidade Federal e a de Reitor da mesma Universidade, e onde também exerceu a presidência do Conselho Penitenciário. Por lá julgou durante bom tempo, a partir da organização da Justiça Federal de primeira instância em 1966. Ali se casou.

Honrou e dignificou o Tribunal Federal de Recursos e o Superior Tribunal de Justiça, ocupando, com zelo e sabedoria, uma de suas respectivas cadeiras. Atualmente, com igual tino e tamanha sabedoria, tem assento no Supremo Tribunal Federal, onde foi empossado em 26.6.1991. Chegou a esta Casa, em 29.11.1994. Conferencista e palestrante, não sei como lhe sobra tempo para professar Teoria Geral de Direito Privado.

Ante a quase coincidência das posses, que me seja consentido registrar cumprimentos, em público, ao jovem e talentoso Ministro Costa Leite, que está assumindo a Corregedoria-Geral da Justiça Eleitoral.

Sr. Presidente, os juízes são homens e, como tais, reagem a situações humanas. Foi graças à influência de um de seus maiores juízes que a Suprema Corte americana se firmou, quando o polêmico e ativista John Marshall inaugurou a doutrina da revisão judicial. Aconteceu também, nos anos sessenta, que as feições, em parte conservadoras, do direito estadunidense foram alteradas, mercê da firme atuação da ativista Corte de Warren, quer quanto às questões raciais, quer relativamente às questões criminais.⁹ De igual modo, foi e tem sido o comportamento de nossos tribunais. Principalmente dos tribunais aos quais a atual Carta atribuiu a um o contencioso constitucional e ao outro o contencioso infraconstitucional. Vieram-me então e assim, à memória, ao escrever estas palavras, significativos precedentes, que, embora dos anos sessenta e setenta, não perderam a propósito a atualidade, todos oriundos do Supremo Tribunal Federal, em manifestações já naquela época de Corte ativista: ou editando, de modo geral, as súmulas, ou editando, particularmente, a Súmula 146; ou concedendo a ordem, embora suspensa na ocasião a garantia, de *habeas corpus*; ou distinguindo dívida

⁹ Cf. “Ensaio sobre a Constituição dos Estados Unidos”, de diversos autores, tradução de Elcio Gomes Cerqueira, Forense-Universitária, 1978, e “Earl Warren - A Public Life”, de G. Edward White, Oxford University Press, 1982.



de valor e dívida de dinheiro para efeito de correção monetária; ou dispondo sobre os predicamentos da magistratura.

Mas há no tempo e no espaço, Sr. Presidente, manifesta vontade de predispor todos para ostensivos agravos à magistratura. Falsas imagens e falsos profetas, o que é próprio de quem não conhece o Judiciário. De forma alguma somos o poder mais arcaico e menos transparente. Não, não o somos, porque todos os nossos julgamentos são públicos e todas as nossas decisões são fundamentadas. Nem somos uma estrutura viciada e cheia de privilégios. Onde estão que não os encontro? É pena, mas os agravos são encontrados até em falas bem intelectualizadas, esquecendo-se de que os poderes são três; se o poder é um só, o Judiciário é um terço desse poder. O único privilégio de que gozamos ou de que padecemos é o da fartura. O personagem eciano também sofria de fartura, só que da vida parisiense.¹⁰ Mas nós sofremos de fartura de processos. Estou certo de que, nos dias de hoje, não se diria que o Poder que mais vem falhando no Brasil seja o Judiciário.¹¹

Eis-nos aqui, Sr. Presidente, talvez na metade do caminho,¹² caminho que sobe e caminho que desce, e, quando não há caminho, o caminho se faz ao caminhar. Quem entra num Tribunal caminha em solo sagrado. Somos o que somos. Já de longo e longo tempo, o juiz não é mais “la bouche qui prononce les paroles de la loi, des êtres inanimés qui n’en peuvent modérer ni la force ni la rigueur”.¹³ Alguém se dignou, Sr. Presidente, em conceder-lhe inteligência e sabedoria. Tome em suas mãos o seu destino. Faça, com presteza, tudo quanto possa fazer a sua mão.

Pela minha mui modesta palavra, recebam, Srs. Ministros Marco Aurélio e Ilmar Galvão, as homenagens e os cumprimentos de seus

¹⁰ Eça de Queiroz, “A Cidade e as Serras”, Lello e Irmão - Editores, Porto, vol. I, p. 399.

¹¹ Ver Afonso Arinos de Melo Franco, com referência a João Mangabeira, ob. cit., p. 161.

¹² “Nel mezzo del cammin di nostra vita”, cf. Dante Alighieri, em nota aos “Quatro Quartetos”, cit., p. 77.

¹³ Montesquieu, “De l’Esprit de Lois”, em citação por Henri Nallet, quando da cerimônia comemorativa de criação do Tribunal de Cassação francês, in “Bicentenaire de la Cour de Cassation”, La Documentation Française, Paris, 1991, p. 19.



pares. Igualmente, registro cumprimentos às Sras. Maria Ângela Penna Velloso, Sandra de Santis Mendes de Farias Mello e Terezinha Sílvia Lavocat Galvão.

